ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

A FORMAÇÃO ESPIRITUAL DA AMAZÔNIA

S P V E A

Coleção ARAUJO LIMA

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

A FORMAÇÃO ESPIRITUAL DA AMAZÔNIA

SPVEA

COLEÇÃO ARAUJO LIMA

O processo religioso do Brasil está fortemente marcado pela atuação da Igreja Católica, cuja presença em todos os instantes da evolução nacional, em todos os episódios que dão a pinta mais nobre ou mais viva dos quatro séculos que temos vivido, é uma admirável decorrência das nossas origens espirituais e uma continuidade histórica impressionante.

Na Amazônia, o processo religioso apresenta as mesmas características. Os mil incidentes que constam dos anais do vale são mil incidentes de que a Igreja Católica tem participado com menor ou maior bravura, mas sempre participado. Solicitada, negada, incompreendida, exaltada, sempre ela compareceu numa contribuição interessantíssima que, ora se avoluma, ora tem conhecido diminuições sensíveis. Desde os primeiros tempos da descoberta à atualidade, influindo poderosamente.

Esse processo religioso, por outro lado, perfeitamente dividido em três épocas: a primeira, datando das horas iniciais do Presépio; a segunda, do consulado pombalino; a terceira, do Bispado de D. ANTÔNIO DE MACEDO COSTA. Na primeira, que devemos considerar o período de maior irradiação espiritual, destinguindo-se pela atividade das Ordens Religiosas, no esfôrço gigantesco para amansar a rebeldia da terra e do homem face as novidades desenvoltas exportadas da Europa com o colono ibérico. Na segunda, em que se nos depara o esmaecimento das grandes tintas que davam a côr forte que animava o período anterior, côres de trabalho, de construção, de seivosa energia civilizadora. Então, o clero, sob as influências do Catecismo de MONTPELIER, vive flutuações evidentes, rendendo pouco sua ação mais sacerdotal. É a fase do clero contaminado das novidades liberais e tomado de entusiasmo cívicos e de pouco entusiasmo espiritual. Na terceira, direção inteligente de D. ANTÔNIO DE MACEDO COSTA, que traça planos, procura restaurar o clero na sua dignidade sacerdotal, fazendo-a regressar ao bom caminho no trato sereno dos rebanhos católicos ou por integrar nos princípios do catolicismo, como que tudo realmente se renovou. A paisagem recobrou as côres que esmaeciam. Dez Ordens Religiosas reanimaram a obra de conquista pròpriamente espiritual, catequizando índios, moralizando costumes, atendendo às mazelas do corpo, da alma e da inteligência.

Já o nome do Presépio, dado ao primeiro estabelecimento ibérico no vale foi um sinal forte da influência católica que presidia ao cometimento fundamental da história amazônica. Como, a seguir, a denominação de Santa Maria de Belém, que se foi concedendo ao povoado que nascia à sombra protetora da casa forte. A êsses primeiros sinais seguindo-se logo: a intervenção dos Franciscanos da Província de Santo Antônio, chamados para tratar a gentilidade, que parecia infindável e precisava ser trazida a uma colaboração intensiva com os colonos chegados da Ibéria ou do nordeste brasileiro;

e a criação da primeira paróquia, para ela vindo como vigário o padre FIGUEIROA DE MENDONÇA. Ano de 1616.

A intervenção dos Franciscanos de Santo Antônio era uma conseqüência imediata do grave problema da colaboração do gentio. Porque, à chegada dos ibéricos, grossa massa indígena andava acamaradada com os estrangeiros da Britânia e dos Países Baixos. Subtraí-los à influência dêsses concorrentes, que, em última análise, se alistavam na corrente herética européia, constituía um dos capítulos mais sérios da política que se quisesse seguir para dominar seguramente. Depois, transformá-los em colaboradores mais diretos, na ajuda que proporcionassem para o desbravamento da terra, para tôdas as aventuras que se tivessem de experimentar.

A criação da paróquia era uma providência naturalíssima, dentro do sistema lusitano de dotar as colônias que se iam fundando dos remédios espirituais, distribuídos pelas autoridades eclesiásticas. Padre FIGUEIROA foi essa primeira autoridade, subordinada ao Bispado de Olinda, com matriz funcionando na capela de Nossa Senhora da Graça, erigida no recinto do Presépio pelos soldados de CALDEIRA CASTELO BRANCO, mas desassistida de paramentação para os atos do culto como o mesmo padre FIGUEIROA expôs a S. Majestade, descrevendo as aflições que padecia a sua paroquia. (1)

A ação missionária, lembrada, pleiteada mesmo incessantemente pelos capitães-mores e outros funcionários que vieram servir nos cargos civis e militares do Pará, confiada, de início, aos Franciscanos de Santo Antônio, produziu resultados animadores. Cabildas, Tupinambás e de outros grupos do Amazonas, do Marajó e do Tocantins, cedendo em suas dúvidas para com os lusitanos, à voz dos Frades aliaram-se àqueles nas juntas contra os "herejes" de Holanda e Britânia. E se deixaram nuclear nas cercanias de Belém, fruto promissor para o futuro da Capitania nascente.

Em 1616, os Franciscanos montaram casa e capela no Una. Em 1626 já haviam erigido igreja e convento em Belém. Trabalharam por entre os louvores dos colonos e autoridades. Produziram intensamente. Sem êles, as razias contra o gentio, iniciadas por CASTELO BRANCO e continuadas por BENTO MACIEL PARENTE, teriam destruído milhares de vidas e comprometido o interêsse colaboracionista que todos desejavam. Não eram, porém, suficientes para a emprêsa, que exigia grandes sacrifícios. Os Franciscanos não dispunham de muitos Religiosos. De início eram em número de quatro: Frei ANTÔNIO DE MARCIANA, Frei CRISTOVAM DE S. JOSÉ, Frei SEBASTIÃO DO ROSÁRIO e Frei FELIPE DE S. BOAVENTURA. Outros que vieram posteriormente, como Frei Pregador MANOEL DO ESPÍRITO SANTO, que pacificou os Aroans, Frei JOÃO DE SANTO ATANAZIO, Frei BELXIOR DAS NEVES e Frei BOAVENTURA DE SANTO ANTÔNIO, todos atuando com entusiasmo e operando ao longo da costa, em direção à Guiana Francesa, no Marajó, pela margem esquerda do Amazonas até a bôca do Nhamundá, não foram ainda bastantes. A contribuição de outras comunidades religiosas era um imperativo evidente. E essa contribuição não faltou.

Jesuítas, Mercedários, Carmelitas, Capuchos da Piedade, Frades da Conceição da Beira e Minho, entre 1636 e 1706 chegaram à Amazônia para os entreveros da catequese, obra piedosa e de altos objetivos políticos, pois dêles resultava a pacificação da gentilidade, a contribuição dessa mesma gentilidade e a série de facilidades que se garantiam aos colonos e às autoridades para o cometimento da irradiação do Império pelas águas e terras amazônicas.

Os Jesuítas, pela inteligência pragmática de LUÍS FIGUEIRA, tão lùcidamente biografado por SERAFIM LEITE, em 1636 examinaram as possibilidades da região. O companheiro de FRANCISCO

PINTO, na tentativa do Ceará, veio ver a terra nova. Andou pelo Tocantins, pelo Pacajás, pelo Xingu. Fêz amizades fortes entre os caboclos. Mediu as perspectivas locais, programou mil coisas. E perante o Conselho Ultramarino expôs seus planos, riscou um retrato da Amazônia, sugeriu, preveniu, convocou o Estado para a grande aventura da valorização do extremo-norte. LUÍS FIGUEIRA pleiteou, no tocante à obra espiritual: amparo à gentilidade, organização da família colonial pela sua moralização, criação de um Bispado com sede no Maranhão, mas abrangendo a Amazônia, uma vez que o Bispado do Brasil estava localizado muito distante do extremo-norte, por isso pouco podendo interferir na vida amazônica, e a remessa de clero secular para as pequenas Capitanias que se iam organizando. O Conselho Ultramarino, depois de bem examinada a solicitação, defendida pelo Jesuíta, mais de uma vez tendo tido necessidade de explicar e insistir em tôrno ao que lembrava, mandara promover a série de providências, encarregando LUÍS FIGUEIRA do empreendimento catequista com a Companhia de Jesus.

O alvará régio de 25 de Julho de 1638 capitulou as obrigações à Companhia. O naufrágio de FIGUEIRA, à chegada ao Pará, a morte dêle e de quase todos os companheiros, às mãos dos índios do Marajó, trazendo logo à Ordem um contingente de nomes para o Agiológio, impediu a execução imediata do que lhe foi cominado. Mas a Companhia não era uma organização que receiasse insucessos, fugisse ao primeiro contratempo. Milícia católica, sua maior finalidade era triunfar para a Igreja. E não esmoreceu ante o desastre. Em 1753, JOÃO SOUTO MAIOR e GASPAR FRAGOSO, apesar das reservas dos colonos, que viam nos Jesuítas os homens que lhes perturbavam os desejos econômicos através do braço escravizado do nativo, fincaram a primeira estaca do edifício. MANOEL DE SOUZA e MATEUS DELGADO, pouco depois, vieram engrossar as fileiras catequistas. Aliás, a essa altura, os Inacianos, sob compressão popular, amparada essa compressão pelo poder público da colônia, se reduziam a confessores, a visitadores dos aldeamentos dos Bôca, Nheengaíba e Tupinambá, e pregadores citadinos. Muito pouco. Quase nada, evidentemente.

Com a chegada de ANTÔNIO VIEIRA, porém, tudo se ampliou. Porque o admirável Jesuíta, como LUÍS FIGUEIRA, sentindo o ambiente, deslumbrando-se com a paisagem terrena e humana, que vislumbrou imediatamente a maior obra para a Companhia, imaginou trabalhos, direção, conquista que serviria à cristandade e ao Estado. A conquista da Amazônia seria uma ampliação do Império de Deus e de S. Majestade D. JOÃO IV. (2)

SOTO MAIOR, SALVADOR DO VALE, FRANCISCO VELOSO, MANOEL NUNES, MANOEL PIRES, companheiros de VIEIRA nessas jornadas que se desproporcionavam pela extensão cada vez maior das terras e águas visitadas e de aldeias atendidas em seus problemas espirituais, estruturaram, podemos concluir, a ação que FIGUEIRA sonhara e VIEIRA programara. O Tocantins, o Amazonas, o Pacajaz, o Jurunas, o rio Negro, aos poucos foram sendo alcançados e trabalhados em suas populações primitivas. As tabas, que, pelos cálculos do Jesuíta, abrigariam centenas de milhares de almas, foram sendo descidas para os aldeamentos, as missões que se iam estabelecendo nas cercanias de Belém. Já, então, outros missionários traziam a sua ajuda.

Em 1639, últimos meses do ano, acompanhando PEDRO TEIXEIRA, tinham chegado os Mercedários, cuja casa era em Quito, onde o cabosertanista os solicitara para a Amazônia lusitana. Recebidos por entre reservas, por serem espanhóis e no momento se jogava a grande partida da Restauração de Portugal, afinal foram autorizados por D. JOÃO IV a fixar-se no Pará. No Peru, trabalhavam

como catequistas. Em Belém principiaram como educadores, aliás pelos tempos adiante foi sempre essa a característica que os distinguiu. Mesmo assim, procuraram a gentilidade da hinterlândia, montando missões no Rio Negro, Urubu, no Amatari, no Anibá, no Uatumã. Frei RAIMUNDO DAS MERCÊS e Frei TEODOSIO DA VEIGA, nesse mister, consagraram-se cheios de virtudes e triunfos.

Os Frades da Piedade abriram casa no Gurupá em 1693. Em número de nove. Pedira-os, a S. Majestade, MANOEL GUEDES ARANHA, capitão-mor do fortim. Não tinham experimentado, até então, as dificuldades da emprêsa missionária. Em conseqüência, extranharam, preferindo atribuições pias, em que eram mestres. Solicitados, porém, a concorrer na obra de evangelização dos selvícolas, atiraram-se à faina com uma coragem especial. E lograram êxitos marcantes.

Os Carmelitas, desde 1627, possuíram casa em Belém, estabelecida por Frei FRANCISCO DA PURIFICAÇÃO. Como os Mercedários, preocupados com as tarefas de inteligência, nos cursos de filosofia, teologia e solfa, que de logo abriram. Desinteressados da conquista das almas rudes da gentilidade e às voltas com a moralização da colônia, o que lhes parecia o empreendimento mais meritório no momento.

Até 1693, apenas os Frades de Santo Antônio, os Jesuítas, os Mercedários cuidavam das populações selváticas. Carmelitas e Frades da Piedade olhavam outros problemas da espiritualidade regional, como estamos vedificando. Nesse ano, porém, S. Majestade houve por bem, ao mesmo tempo que dividiu o espaço amazônico para os encargos de catequese, convocar tôdas as cinco Ordens para a façanha. E por cartas régias de 1693 e 1694, distribuiu a hinterlândia e o litoral pelas comunidades religiosas, que aceitaram a obrigação e meteram ombros a ela com vontade de triunfar. A essas cinco famílias religiosas vindo unir-se, finalmente, os Franciscanos da Província da Conceição da Beira e Minho, que desembarcaram em Belém no ano de 1706.

Até meados de 1757, quando desabou sôbre a obra de catequese a drasticidade pombalina, essas seis Congregações trabalharam incessantemente, convertendo muitos milhares de nativos, erigindo capelas, igrejas, montando aldeamentos, modificando costumes, fomentando, entre os índios, a lavoura e a indústria, ensinando-lhes ofícios mecânicos, estudando a terra e o homem. Em 1718 havia, em tôda a Amazônia, apenas quatro vilas para 51 aldeias organizadas e administradas pelos missionários. Em 1750, o número de vilas continuava o mesmo, mas o de aldeias elevara-se para 63, das quais desessete a cargo dos Inacianos. Durante o século XVIII, numa irradiação espetacular, Jesuítas e Carmelitas tinham ampliado as fronteiras de Portugal na Amazônia, levando-as ao alto Madeira, ao alto Rio Negro e alto Solimões. LA CONDAMINE, descendo o Amazonas, vindo do Peru, registrava em seu diário de viagem as impressões satisfatórias que recolhera das aldeias carmelitas e jesuíticas que foi encontrando no decorrer de sua viagem.

Atirando-se contra os Inacianos, que tinham a palma de tudo, evidentemente, procuradores dos colonos, como PAULO DA SILVA NUNES, falavam em grossos cabedais que teriam grangeado os evangelizadores, indicando as aldeias como grandes estabelecimentos agrários ou de criação de gado, onde igualmente se processava um sistema de escravização do nativo. Ora, o sistema adotado pelos Jesuítas, fruto de suas experiências adquiridas em dois séculos, constava de um código decretado pelo govêrno, o Regimento das Missões, que lhes especificava as atividades. Possuindo o govêrno espiritual e temporal dos nativos, Jesuítas e seus colegas de empreendimento catequista agiam com solicitude, conquistando a amizade, o respeito e

a dedicação aberta dos selvícolas. As aldeias que montavam não eram, realmente, grandes estabelecimentos agrários ou também fazendas de gado, mas, estabelecimentos onde a gentilidade aprendia o trabalho ordenado, familiarizava-se com a técnica nova, importada da Europa, começava a entender a vida por um prisma mais elevado, abandonava os hábitos de nomadismo, integrava-se na moral cristã, perdendo, é certo, se não de todo, pelo menos em grande parte, a cultura que alcançara em sua evolução anterior à presença dos padres, mas, nem por isso, deixando de certo modo de transmitir muito dessa cultura aos ádvenos europeus, que com ela se adaptavam perfeitamente. Quanto à escravização, era de todo infundada a afirmativa. Não havia escravização. Descidos dos matos, os índios deviam passar a viver nos sítios das aldeias novas, nas habitações construídas sob orientação dos padres, não mais deixando o lugar para as aventuras do nomadismo que lhes caracterizava a existência. Dêsse regime de vida disciplinada, assistida pelos missionários, que lhes davam tudo, à escravização impenitente do colono, que só vislumbrava no índio o braço magnífico para os negócios lucrativos dos roçados de cacau ou a colheita das *Drogas*, ia uma distância facílima de identificar. A acusação reçumava ódio, despeito e resultava das dificuldades em que viviam os colonos à falta de braços para suas tarefas econômicas, o que não quer dizer, porém, que os missionários não possuíssem fazendas de gado, propriedades agrárias de vulto, emprêsa econômica que a lei lhes vedava terminantemente.

Durante quatorze décadas, os missionários difundiram entre o gentio os grandes princípios da cristandade. Escreveram, realmente, um sumosíssimo capítulo da conquista espiritual e do processo religioso da Amazônia. Mas êsse processo não ficou circunscrito aos misteres catequistas sôbre a gentilidade. Porque havia as populações européias ou dela descendendo diretamente, os colonos, aos poucos chegados dos Açores, os degredados que vinham purificar-se nos ares do grande rio... A Igreja, para essa gente, devia atuar não com o missionário das Ordens Religiosas, mas com o clero secular, cuja história começara com o padre FIGUEIROA DE MENDONÇA. E atuou, embora com rendimentos muitos parcos.

LUIS FIGUEIRA, em 1636 encontrara a colônia imersa em tremendas desenvolturas morais. Faltavam mulheres, européias, para compor a família. Os Frades de Santo Antônio não podiam conter os desregramentos. Daí aquela sugestão para que fôsse criada uma Prelasia ou Bispado que tomasse a direção dêsse cometimento tão necessário e urgente. Frei CRISTOVAM DE LISBOA, em sua correspondência com o irmão, gritara contra êsse desmazelamento moral da sociedade paraense. VIEIRA, mais tarde, escandalizara-se com o que vira. A Bula Papal de 30 de Agôsto de 1677 criara o Bispado do Maranhão, que abrangia a Amazônia, mas cujos benefícios não podiam atingir a colônia paraense. A Câmara de Belém, em 1713, pleiteou então um Bispado independente. D. JOÃO V prometeu atender o desejo de seus súditos paraenses. A Câmara recordara, a S. Majestade, velho projeto, de 1684, no reinado de PEDRO II, quando o Monarca indicara à Santa Sé a conveniência da medida. Pela Bula de 4 de Março de 1719, CLEMENTE XI criou o Bispado do Grão-Pará, sendo nomeado primeiro Bispo D. Frei BARTOLOMEU DO PILAR, da Ordem do Carmo.

Frei BARTOLOMEU, como seu sucessor, D. Frei GUILHERME DE SÃO JOSÉ, recebeu um encargo pesadíssimo. Porque estava tudo por fazer. Inicialmente, não dispunha de clero secular na Capitania. Tinha, em conseqüência, de trazê-lo, como trouxe, do Reino. A Catedral era a igreja de São João Batista, às pressas, de ordem régia, remendada para a dignidade a que fôra elevada. Apenas uma paróquia, a de Nossa Senharo da Graça, no bairro onde nascera a cidade.

D. BARTOLOMEU criou a segunda paróquia, no bairro da Campina, dando por matriz a ermida de Nossa Senhora do Rosário, construída pelos pretos de Belém. As dificuldades, pela pobreza da terra, aumentavam, porém, ante a falta de numerário para o pagamento de côngruas do clero secular. D. GUILHERME não conseguiu maiores resultados. Padeceu as mesmas dificuldades, agravadas com os incidentes que teve de sustentar com os Missionários, Jesuítas principalmente, que se recusavam a permitir que lhes extendesse a jurisdição eclesiástica no tocante à administração dos sacramentos e à confissão. Tôda uma ruidosa questão, que datava, aliás, do período de D. BARTOLOMEU, seguiu seu curso até meados do século XVIII e deu margem a incidentes que revelavam falta de disciplina e permitia um processo cheio de queixas, defesas, inquéritos, decisões do Conselho Ultramarino, ordens régias, alvarás, etc. Os Jesuítas argumentavam que estavam isentos da jurisdição episcopal. Os Bispos, de seu lado, invocavam preceitos do direito eclesiástico, amparados ao lado dêles.

Os benefícios com o Bispado, conseqüentemente, não se registravam com o volume e a extenção que seriam de esperar-se. Os dois Bispos, sem recursos, pouco podiam realmente realizar: os costumes bárbaros dos colonos pouco se reformavam. Os conflitos criados pelo clero secular perturbavam, por fim, todo e qualquer esfôrço que os dois se propunham executar, diminuindo naturalmente os rendimentos espirituais.

Com a ascenção de Frei MIGUEL DE BULHÕES E SOUZA, que lia pela cartilha reformista do Catecismo de MONTPELLIER, o Bispado alterou profundamente sua fisionomia. Colocando-se ao lado de POMBAL, Frei MIGUEL DE BULHÕES, pode-se afirmar, foi o verdadeiro organizador da Igreja Católica no Pará. Desencadeada a ofensiva do ministro de D. JOSÉ contra a Companhia, arredados os missionários dos afazeres temporais junto ao gentio, Frei MIGUEL tratou de organizar os serviços da Igreja, nos antigos aldeamentos, elevados à categoria política de vilas e povoados. Para isso, criou 91 freguesias. Encontrara em todo o Estado, ao empossar-se, apenas 6. Sua providência, instituindo as paróquias, inegàvelmente, vinha ao encontro das necessidades espirituais que se abriam. Revelava-o um pulso forte, uma visão ampla, uma vontade segura, um espírito agudo. (3)

Não ficou, porém, nisso, a ação de D. MIGUEL. Voltando suas vistas para a hinterlândia, criou a Vigararia do Alto Amazonas, raiz mais distante do Bispado de Manaus. Um seminário, fundado pelo jesuíta GABRIEL DE MALAGRIDA por autorização real, imediatamente utilizado pelo Bispo, continuou a receber a mocidade para a formação do clero secular. Os edifícios que os Jesuítas possuíam no Estado, inclusive as capelas e igrejas que haviam construído, foram, de ordem de D. JOSÉ, entregues a Frei MIGUEL, que devia dar-lhes aplicação pia, como realmente deu.

Os antigos missionários, convidados a servir como vigários, não eram suficientes em número, mesmo porque os Frades da Piedade e da Conceição foram mandados sair da Capitania, os Jesuítas se recusarab a colaborar na condição de párocos, e os Mercedários espanhóis, estavam sob vigilância, como estrangeiros suspeitos. D. MIGUEL, apelando para S. Majestade, que lhe dava tôda atenção aos pedidos e lhe aprovava tôdas as medidas que estava praticando em benefício dos interêsses espirituais da Amazônia, obteve clero secular do Reino. Mas clero que desconhecia a região, ainda mergulhada numa barbaria impressionante, região, à qual se não pôde afeiçoar com a dignidade de que se devia revestir. Com êsse clero secular,

novos franciscanos de Santo Antônio, pagos pelos cofres da fazenda real.

Louvado por POMBAL, D. MIGUEL tem sido olhado apenas como o homem que serviu a política do poderoso ministro, exaltando-se durante a querela com os Jesuítas, dos quais teria sido um algoz, para satisfazer os apetites drásticos do cônsul *iluminado*. No entanto, o que promoveu no sentido de precaver os interêsses da Igreja não teve proporções grandiosas, de finalidade a mais pia?

Com sua atuação, começara o segundo ciclo de história religiosa da Amazônia.(4) Seus sucessores, Frei JOÃO DE SÃO JOSÉ E QUEIROZ e Frei JOÃO EVANGELISTA PEREIRA, procurando continuar a obra iniciada, padeceram igualmente dissabores tremendos, esbarrando com dificuldades que parecia impossível de remover. Porque além da falta de clero, mal que sempre atormentou os Bispos da Amazônia, êsse mesmo clero não ajudava com exemplos de desprendimento material, gestos largos de fraternidade, sentido evangelizador.(5) Por outro lado, os recursos financeiros para a manutenção dêsse clero e da própria dignidade episcopal mangravam sensìvelmente. Apesar de ordens expressas para que a fazenda real satisfizesse o pagamento das côngruas devidas aos vigários e cônegos da catedral de Belém, não se atendera à condição precária que viviam êsses vigários, mesmo porque as condições financeiras da Capitania não eram folgadas. Já em Agôsto de 1760, por exemplo, o Capitão-General MANOEL BERNARDO DE MELO E CASTRO era obrigado a confessar, para Lisboa, que lhe faltavam recursos para satisfazer o problema grave das côngruas dos párocos, que não o deixavam com suas reclamações e aos quais o Estado, que os chamara, devia apenas anualidades...

Em Agôsto de 1758, D. JOSÉ mandara proibir que os religiosos se preocupassem com atos de mercância. Mas, não vindo em socorro dêsses religiosos, como enfrentar a situação? O Capitão-General apelou para S. Majestade, depois de ouvir uma Junta de notáveis, a que estêve presente o Prelado. Em 1762, ante a agravação do problema, houve necessidade de recorrer para um empréstimo solicitado à Companhia do Comércio. No ano anterior, S. Majestade, procurando solucionar a questão proposta pelo Governador, mandara pagar as côngruas com o produto da Bula da Cruzada. Já em 1763, MELO E CASTRO se via na contigência de dizer, para Lisboa, que os 5'080$000 da Bula na Cruzada já não eram suficientes para satisfazer as anualidades dos párocos.

Mais tarde, uma providência real autorizaria os párocos a receberem suas côngruas em gêneros, cacau principalmente. O clero, sem recursos para viver uma existência distante das tentações materiais e à altura da missão de que estava incumbido, voltou-se para ocupações estranhas, metendo as mãos em operações mercantis condenadas pela Igreja e proibidas por S. Majestade.(6) Frei JOÃO DE SÃO JOSÉ e Frei EVANGELISTA PEREIRA lutaram fortemente para evitar os efeitos dessa contingência a que se viam arrastados seus sacerdotes. Nenhum resultado conseguiram. A Amazônia não permitia desafôgo ao erário oficial e, em conseqüência, não era possível impor ao clero os rigores bastantes para que produzisse com serenidade e despreocupados do bem-estar material. Medidas punitivas, decretadas do Reino, como ainda em Dezembro de 1762, falharam ruidosamente. O Governador MELO E CASTRO, falando em Abril de 1763 a respeito, organizara uma relação de párocos de que tinha "má notícia". O Bispo D. Frei JOÃO DE SÃO JOSÉ, nos seus *Diários* de viagens pelo interior, por seu lado registrava, de par com a licença em que se afundava a sociedade nascente, o mau comportamente de elementos do clero, que êle via tristemente fugindo aos seus reveres eclesiásticos, (7) ou revelando serem incapazes de reagir ao ambiente para tarefas construtivas.

O Antístite, língua forte na condenação dos erros que verificou diretamente naquelas desobrigas, durante elas advertiu, censurou e puniu desenvolturas de civís e religiosos: era uma voz enérgica terçando armas para o equilíbrio social.

Acompanhemos agora a impressão do Capitão-General ATAÍDE TEIVE, colhida em 1768: "A falta de sacerdotes, que se experimenta para paroquiarem nas vilas e lugares deste Bispado tem sido ocasião de se empregarem neste santo ministério alguns menos hábeis, e outros que pelos seus vicios, não deveriam ser mais ocupados nêle, mas como há menos mau confiar as Igrejas de Sacerdotes defeituozos na esperança de que se emendarão, e do que tirar absolutamente o pasto espiritual ás almas que o tem recebido, costuma o Vigário Capitular remover de umas para outras Igrejas os que são culpados, ou de que tem menos boa informação, e isto que parece providencia, pode vir a ser ruina das mesmas almas, principalmente dos índios, porque vendo preverícando o mesmo que os instrui nos dógmas da fé, e que os deve edificar e persuadir com o exemplo, nenhum conceito farão das suas doutrinas, que por desgraça lhe são novas.

As três Religiões de Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora das Mercês, de Santo Antônio, tem suprido de forma, que se achão os Conventos sem Religiosos, a celebrar os Ofícios Divinos.

Da Sé tem saído alguns Conigos, e Beneficiados, para servir de Párocos: os mais Sacerdotes, morrerão uns, outros estão suspensos, e presos por culpas que não admitem dissimulação, S. Majestade, sendo-lhe presente o referido, mandará prover o que for do seu Católico e Real Agrado".

Então, havia, em tôda a Amazônia, vinte e oito paróquias coladas, várias delas, porém, atendidas por encomendados e outras sem nem mesmo vigários encomendados. A falta de clero continuava, os atrasos no pagamento das côngruas não cessavam, os apelos aos cofres da Companhia do Comércio eram anuais. (8) O Seminário de Belém não satisfazia as necessidades espirituais da região, rendendo muito pouco, apesar dos esforços dos Bispos e da boa vontade governamental.

Ainda em 1777, os Mercedários, que davam párocos para o interior, serviam nas funções religiosas para as fôrças armadas e em vários outros misteres do culto, tendo a seu cargo três conventos, quais fôssem o de Belém, o da Vigia e o de Cametá, queixavam-se de que não possuíam recursos humanos para tamanhas obrigações. Se há mais de vinte anos não recebiam um só noviço, tendo morrido muitos dos que labutavam na Ordem! Pleiteavam, por isso, autorização real, que teve parecer favorável do Capitão-General JOÃO PEREIRA CALDAS, e foi despachada como desejavam pela munificência de S. Majestade, para receber dez noviços e cinco leigos. Os Mercedários estavam reduzidos a vinte nove figuras, muitos dêles já em idade muito avançada, o que significava inutilizados para o pêso dos serviços, no vale, face os rigores do clima e a barbaria da terra. Os Carmelitas, pouco depois, alegavam as mesmas enfermidades, obtendo autorização para receber vinte noviços, do contrário não poderiam manter-se nas casas que possuíam e nos encargos paroquiais, em que colaboravam ativamente.

Onze anos decorridos, MARTINHO DE MELO E CASTRO, Capitão-General, e o Bispo D. Frei CAETANO BRANDÃO, recorriam a D. MARIA, expondo-lhe as tristes condições que atravessava a Diocese, a braços com mil problemas, entre êles a eterna falta de clero, rendas exíguas, que não possibilitavam manter a dignidade do culto, igrejas em ruínas. Se, em 1790, oitenta e quatro igrejas careciam de alfaias e de reparos ougentes! Dizia o Bispo: "Outro objetivo, Exmo. Senhor, da minha consideração, e da minha magoa, são os Párocos, e as Igrejas desta vasta Capitania: tenho chamado á minha presença

muitos dêles; sendo os talentos; informo-me do estado das respectivas Igrejas; que lastima. Rogo a V. Exa. pelas entranhas de Jesus Cristo que se compadeça desta calamidade: além das côngruas tôdas serem limitadíssimas, vai em três anos que se lhes não pagão; e só agora o atual Governador lhes manda pagar seis meses".

A palavra do Capitão-General não diferia das alegações do Antístite: "logo no princípio do meu Govêrno neste Estado, entre outras providências, que me forão requeridas, se compreendia também a da reedificação das Igrejas, dizendo-se-me que na mayor parte delas se achavam muito arruinadas, e carecendo de prontos reparos, e algumas ainda mesmo de inteira reforma. Suspendi por algum tempo a rezolução que não devia ser precipitada em uma materia de tanta circunstância. Saí em visita, e pessoalmente observei as ruinas de algumas das ditas Igrejas, e então reconheci ser não só certa, e justa a precisão apresentada, mas ainda que a deliberação devia ser tomada sem perder mais tempo".

Ora, convém sempre insistir, as rendas da Capitania eram escassas. As despesas, com os serviços públicos, manutenção do corpo burocrático e socorros aos governadores de Mato Grosso, etc., como o próprio governador expunha, dificultavam os serviços de reestruturação. As edilidades nem sempre possuíam, por seu lado, reditos que autorizassem larguezas com os templos. Os diretores dos povoados, por da cá aquela palha criavam um caso, negando o braço indígena para as obras. A igreja de Santana de Óbidos, para ilustrar a afirmativa com um episódio interessante, levou quarenta e um anos para ser concluída devido aos incidentes que se registravam a todo momento entre os diretores da vila, os edis, os vigários e os membros da Irmandade de Santana, que se obrigara ao encargo. De tal maneira foi escandalosa a trica, prejudicial à coletividade, que dois moradores, indignados, produzeram-se concluir a Igreja por conta própria.(9)

A paisagem espiritual, como estamos a ver, não se altereva por um traço que significasse progresso, ordem. Até o fim do ciclo colonial foi assim. D. Frei MIGUEL DE BULHÕES, que viera para o extremo-norte cheio de projetos, animado da melhor boa vontade, cercado de prestígio, não conseguiu, como seus antecessores, como seus sucessores, os êxitos que sonhara. Por tôda parte, o clero esquecia deveres, a moral da sociedade deixava muito a desejar, o problema espiritual continuava sem solução.

Frei CAETANO BRANDÃO, como Frei JOÃO DE SÃO JOSÉ, teve de amargar dissabores pesados com seus sacerdotes, que contra êles reclamaram para o Reino. Frei JOÃO DE SÃO JOSÉ e Frei EVANGELISTA PEREIRA terçaram armas contra autoridades dos Capitães-Generais que lhes criavam embaraços. Todo um quadro triste, que nas páginas dos diários e da correspondência de Frei CAETANO BRANDÃO nos surgem em flagrantes admiráveis, recolhidos cuidadosamente para a posteridade.

Todo um quadro triste que não desanuviou no período de D. MANOEL DE ALMEIDA CARVALHO. Os atos régios de 23 de Agôsto de 1790 e de 30 de julho de 1793 tinham fixado a jurisdição do Prelado, numa tentativa para disciplinar os assuntos religiosos, encerrando os choques que se amiudavam entre as autoridades religiosas e civis ou entre as próprias autoridades religiosas. Não foram suficientes. Porque D. MANOEL DE ALMEIDA, mais que seus predecessores, conheceu entraves, desgostos, frutos dos incidentes que o separaram das autoridades governativas e de elementos de sua família clerial. Êsses incidentes tomando vulto na gestão do Capitão-General SOUZA COUTINHO e da Junta que dirigiu a Capitania entre 1810 e 1817.

A situação da igreja na Amazônia, evidentemente, experimentava duras provas. Sua situação não melhorava. Os que deviam torná-la

uma fôrça, que prosseguisse na obra dos missionários, não se compenetravam das responsabilidades que carregavam. E para cúmulo de tudo, diminuindo o número dos que podiam realizar esfôrço restaurador, os Mercedários tinham sido mandados retirar do Estado, passando ao Maranhão. Todo o esfôrço dos Bispos evidenciava-se de rendimentos significantes. E no entanto, pela alta direção da igreja na Amazônia estavam passando cultos de estatura moral de um D. MANOEL DE ALMEIDA CARVALHO, de um CAETANO BRANDÃO, de um EVANGELISTA PEREIRA, que podiam ilustrar qualquer Mitrado pela dignidade de suas intensões, pela espiritualidade admirável de que se ornavam, pelo trabalho incessante que lhes marcava o govêrno episcopal. A adoção do Catecisco de MONTPELIER, não será demais insistir, quebrara a disciplina do clero.

É tempo, porém, de assinalar que em meio a êsse mal-estar, a êsse desconsêrto, encontramos atitudes em sacerdotes que souberam comportar-se e pelo exemplo, pelo que realizaram bem merecem o registro dos respectivos nomes: carmelita JOSÉ LOPES DA CUNHA, mercedário Frei JOÃO DA VEIGA, carmelita JOSÉ ALVARES DAS CHAGAS, dr. JOSÉ MONTEIRO DE NORONHA.

O dr. JOSÉ MONTEIRO DE NORONHA, sacerdote de virtudes unânimemente proclamadas, Vigário Geral do Alto Amazonas, depois Vigário Geral do Pará, Vigário Capitular duas vêzes, foi um dos melhores tipos da igreja Católica nessa fase tão acidentada. Servindo com uma dedicação a tôda prova, no Rio Negro fixou regras para a sociedade em formação paroquiou extensões gigantescas, animou seus companheiros de jornada, construiu igrejas, assistiu populações indígenas.

JOSÉ ALVARES DAS CHAGAS foi o restaurador da obra missionária, para que se apelou no reinado de D. MARIA 1.ª, quando se compreendeu a gravidade que apresentava o problema do nativo, abandonado ou explorado pelos funcionários do Estado e pela voracidade insaciável do colono. Sua atuação, entre o Madeira e o Tapajós, como depois por tôda a Capitania do Rio Negro, como Prefeito das Missões, revestiu-se de um ar de grandiosidade que tem qualquer coisa de sensacional num período tão cheio de falhas. À sua palavra, as multidões Mundurucu, Maué e outros grupos selvícolas, incorporaram-se à vida dos povoados que fixou em vários pontos da hinterlândia. Chamaram-lhe *O Anchieta da Mundurucânia*.

D. ROMUALDO DE SOUZA COELHO, primeiro paraense que subiu ao Mitrado, alma cândida, coração magnânimo, amor entranhado às cousas de sua Igreja, incorporando-se à companhia de seus antecessores, fêz tudo que suas possibilidades permitiram para restaurar, na Amazônia, o primado do catolicismo puro, através um clero abundante e à altura dos encargos espirituais. D. ROMUALDO compreendera muito bem que a reconquista espiritual do vale era um imperativo gravíssimo, sem o qual as emprêsas civis falhariam, como vinham falhando. Sem uma sociedade organizada, fundada em princípios sãos, moralizadores, ao invés de uma construção sólida se não passaria do regime da aventura, que, no fim de contas, era o sistema característico do processo regional. D. ROMUALDO, que dirigiu o Bispado na fase mais dramática que êle viveu, por entre os encontros sangrentos das facções em que se dividiu a família paraense posteriormente à independência, esgotou-se em propósitos de salvar a sua gente, reorganizá-la, elevá-la, conduzindo-a para um programa de restauração espiritual do vale. Em vão. Nessa fase, contaminado das doenças políticas que penetravam a Amazônia em surtos devastadores, o clero, se não andou às voltas com os negócios, enveredou pelo partidarismo, num entusiasmo que o fêz dar interessantíssimos tipos de caudilhos, mas péssimos trabalhadores da Igreja. É a fase dos Frei JÓSÉ DOS SANTOS INOCENTES, dos

BATISTAS CAMPOS, dos PRUDÊNCIO DAS MERCÊS, dos SILVESTRE ANTUNES PEREIRA DA SERRA, dos MANOEL ANTÔNIO SANCHES DE BRITO, dos INÁCIO GUILHERME DA COSTA, dos JOÃO PEDRO PACHECO, dos JOAQUIM DE SANTA LUZIA, dos RAIMUNDO SANCHES DE BRITO, dos MANOEL FERNANDES LEAL, dos GASPAR DE SIQUEIRA E QUEIROZ, dos JOÃO LOURENÇO DE SOUZA, que comandam golpes políticos, terçam armas nas colunas dos periódicos, orientam facções, pregam novidades revolucionárias, capitaneam companhias militarizadas para a defesa da ordem pública, conspiram em quartéis, são, no fim de contas expressões eloqüentes da exaltação liberal que anima a sociedade. Significam, eloqüentemente, o poder de que dispõem, como BATISTA CAMPOS, PRUDENCIO DAS MERCÊS, MANOEL ANTÔNIO SANCHES DE BRITO, que organizam legiões, são ídolos populares, poder que bem podiam ter pôsto a serviço dos ideais da Igreja de que vestiam a batina, onde tinham formado o verniz cultural, mas a que não serviam com a galhardia que lhes seria fácil empregar em santa causa.

D. ROMUALDO, mais de uma vez punindo, advertindo, agindo sem estrépito, falou com o coração nas mãos: "confesso a V. Exa. que a falta de Sacerdotes onde possa escolher dignos cooperadores é a Cruz mais pezada dêste Bispado"................. "desgosto que me tem cruzado outros parocos, que só o são por necessidade"........ "penas canonicas, unicas armas que posso empregar, sempre com sucesso duvidoso". Sem rendas, sem clero, sem vocações como governar com resultados animadores? D. ROMUALDO, nos vinte anos de seu Mitrado, foi uma deligência diária para o bem espiritual de sua Diocese. E no entanto, em 1838, as condições dela continuavam precaríssimas. Um relatório do secretário do Bispado, reverendo RAIMUNDO SEVERINO DE MATOS, é de uma eloqüência cristalina: havia três vigararias gerais, noventa paróquias, um seminário, com quatro seminaristas, que estudavam latim e teologia. O Convento de Santo Antônio estava reduzido a dois frades decrépitos; o do Carmo, reduzido ao Prior. Onze templos exigiam reparos imediatos e paramentação. Alguns vigários serviam a duas e três paróquias. Houve mesmo um Frei RAIMUNDO DA PUREZA, que atendia às freguesias de Almerim, Espozende, Arraiolos e missão do Jari, território maior que o de Portugal continental...

Em meia a tudo, todavia, D. ROMUALDO conseguira o milagre do reinicio da obra de catequese, que frutificava razoàvelmente e para a qual obtivera a boa vontade de vários daqueles sacerdotes que se tinham deixado enrodilhar pela política malsã e extranha aos seus deveres religiosos, como fôssem GASPAR DE SIQUEIRA E QUEIROZ, Frei JOSÉ DOS SANTOS INOCENTES, Frei INÁCIO GUILHERME DA COSTA, Frei JOAQUIM DE SANTA LUZIA, RAIMUNDO SANCHES DE BRITO, mais os RAIMUNDO DA PUREZA, os CARLOS RAMALHO, os ANTÔNIO GONÇALVES, os JOSÉ DOS SANTOS PRAZERES, com os quais estabeleceu contato com o gentio do alto Tapajós, alto Tocantins, Madeira e Xingu, reaminando outros postos de catequese anteriormente organizados.

D. JOSÉ AFONSO DE MORAIS TORRES, que veio a seguir, devotado, homem de boa formação moral e cultural, continuou o programa de seu antecessor. Como êle, demarchou no sentido de retirar a família eclesiástica dos negócios alheios aos misteres religiosos. Não se pode concluir que tivesse falhado inteiramente, porque se a Assembléia Legislativa Provincial estava cheia de sacerdotes, que se filiavam aos dois partidos da monarquia, o clero, a êsse tempo, sem mais entusiasmos prejudiciais, dedicava-se de preferência ao ensino, na capital e no interior. Só na capital, em 1951, para trinta e quatro professôres, contavam-se onze padres.

Um MANOEL ANTÔNIO SANCHES DE BRITO, Vigário Geral do Alto Amazonas, dedicava-se com um carinho especial, aos seus paroquiados, encerrando de vez sua atividade marcial, que tanto lhe aureorala o nome. RAIMUNDO SANCHES DE BRITO, devotando-se à paróquia de Óbidos, foi ali uma garantia aos bons costumes que impressionaram o naturalista WALTER BATES, que o viu cercado da simpatia, do respeito, da veneração mesmo de seus paroquiados.

D. JOSÉ AFONSO, ânimo inteiriço a serviço de sua Igreja, em desobrigas por todo o interior, conseguiu estabelecer mais dois Seminários: um em Óbidos e outro em Manaus. Mas apesar de seus esforços, as condições existenciais da Igreja não eram animadoras.

O govêrno imperial e os governos das Províncias do Pará e do Amazonas, prestigiando os esforços do Prelado, facilitaram-lhe meios. Os trabalhos de catequese voltaram a ser cogitados com mais carinho. Reformaram-se Igrejas, com a ajuda financeira e técnica do poder civil. D. JOSÉ AFONSO, em advertências, em conselhos, em reflexões magníficas, aos poucos ia reformando hábitos e reintegrando a Igreja na Amazônia em suas mais legítimas obrigações, cooperando na medida de seus recursos na obra de incorporação da região ao progresso que envolvia o Império. As congregações religiosas, se não aumentaram o número de seus membros, desaparecendo mesmo à falta de recursos humanos, foram substituídas por missionários capuchinhos, contratados na Europa e mandados para o interior, principalmente o vale do Rio Negro e Madeira, a fim de catequizar as dezenas de tribos que se adensavam naqueles trechos da hinterlândia. As relações entre a autoridade eclesiástica e as autoridades civis e militares se processaram num ambiente de perfeitíssima coordialidade. D. JOSÉ AFONSO evidentemente, sem trombeteamentos, realizava um serviço de tomo.

À sua renúncia, veio dirigir a Diocese D. ANTÔNIO DE MACEDO COSTA, que iniciava o terceiro ciclo da história religiosa do vale. Porque, se com D. ROMUALDO e D. JOSÉ AFONSO se tinham colhido os primeiros frutos da regularização das condições existenciais da Igreja, com D. ANTÔNIO é que ela entraria realmente no seu grande período. E assim foi.

D. ANTÔNIO principiou procurando conhecer a extensão e a gravidade do problema religioso, programando, logo a seguir, as providências que seriam necessárias para enfrentá-lo e resolvê-lo. Servido de uma perfeitíssima formação moral, inteligência muito viva, saber profundo, com facilidade e rapidez se pôs em contato com as dificuldades, as características do ambiente, a fisionomia espiritual de seus jurisdicionados. E após se haver avistado com as autoridades civis, com as quais desejava viver cordialmente, atirou-se à execução de seu plano. Enviou para a Europa vários rapazes de sua Diocese, a fim de que se preparassem convenientemente no sentido de orientar os cursos do Seminário de Belém. Movimentou intensamente a preparação do clero no Semitário de Belém. Providenciou, sem meias medidas, contra os sacerdotes que se afastavam da linha de conduta que os impusesse à consciência de seus paroquiados. Visitou tôda a Diocese, indo à fronteira com o Peru, chegando às zonas do Purus, onde se registrava o "rush" do "ouro negro", o que dava margem a cenas condenáveis por parte dos desbravadores.

Dirigindo-se ao Ministro do Império, em 1865, sugeriu uma série de medidas para 'promover o progresso da Religião e o esplendor do Culto Católico", entre elas a reforma do sistema de catequese, que devia ficar inteiramente a cargo da Igreja. Dirigindo-se ao Papa, PIO IX, a S. Majestade D. PEDRO II, propôs a divisão da Diocese em duas, com a elevação da Vigararia Geral do Amazonas à cateforia de Bispado. Falando ao povo de Manaus, numa conferência acêrca da *Amazônia — Meios de desenvolver sua civilização*, riscou um

retrato da barbaria regional, que êle tivera oportunidade de conhecer diretamente, apreciando o panorama social, econômico, espiritual. Então, a vertigem do ouro negro provocára desregramentos que precisavam ser contidos e eliminados. D. ANTÔNIO, mostrando que a civilização, que se imaginava estar criando com os êxitos sensacionais da aventura da borracha, não tinha alicerces e passaria fàcilmente se não se sedimentasse no preparo espiritual, apelou para a boa vontade dos homens da Amazônia, que deviam cerrar fileiras em tôrno a essa conquista espiritual. Então, em tôda a Diocese, para tamanhas obrigações, havia apenas 85 sacerdotes, dos quais 12 valetudinários. D. ANTÔNIO imaginava, em conseqüência, atendendo ainda às características da região, um barco, o *Cristoforo,* que singrasse as águas do Amazonas e de seus afluentes, levando a tôda a parte a palavra do evangelho.

Os maiores dissabores de D. ANTÔNIO lhe vieram, porém, durante os sucessos da chamada "questão religiosa", em que teve de assumir atitude na defesa dos direitos episcopais e da dignidade de sua Igreja. Atitude que lhe gangeou uma nomeada nacional e o revelou com uma personalidade invulgar, do mesmo modo por que veio evidenciar que a obra de espiritualização e disciplina do clero era já um triunfo alcançado pelo glorioso Antístite.

A maçonaria, que se instalara, oficialmente, em Belém, com a loja *Tolerância,* em 1831, congregava altas expressões de destaque em tôdas as camadas sociais. Os homens que dirigiam o Estado, na generalidade se enfileiravam noscentros maçônicos, ao mesmo tempo que participavam das confrarias católicas, num entrelaçamento visível das duas entidades. D. ANTÔNIO olhava sem simpatia êsse entrelaçamento, comungando, da corrente que não podia compreendêlo senão como uma confusão lamentável ou uma intencionalidade criminosa perante as leis da Igreja. Já às vesperas da cabanagem, D. ROMUALDO DE SOUZA COELHO condenara a maçonaria numa Pastoral que teve repercussão muito forte. E quando os cabanos penetraram em Belém, no auge da vitória, destruíram a sede da agremiação, que, aos seus olhos, era um centro de hostilidade ao catolicismo e às liberdades políticas que pleiteavam.

D. ANTÔNIO, na execução de seu programa, encontrara a má vontade de certos presidentes, que pretendiam imiscuir-se nos negócios paroquiais, dando ordens diretas aos vigários, ignorando, destarte, a existência e os podêres do Bispo. D. ANTÔNIO, sem sinuosidades, com altivez mesmo, mais de uma vez reclamou contra essa intervenção indébita. *Certa imprênsa,* capitaneada pelo *Liberal do Pará,* atacava as Ordens Monásticas, semeava dontrina que encerrava desrespeito aos princípios católicos, procurava desmoralizar os institutos fundamentais da Igreja, maldizia do clero. D. ANTÔNIO, em portaria de 2 de Dezembro de 1871 e circular da mesma data, condenou dita fôlha e proibiu-lhe a leitura pelos católicos. A tempestade começava. Tanto assim que, em Outubro do ano seguinte, já os ânimos inflamados, D. ANTÔNIO, por ocasião de seu embarque com destino a Manaus sofreu uma vaia dos que se sentiam atingidos por sua ação e não coravam em um desrespeito público ao eminentíssimo Sacerdote.

A 25 de Março de 1873, numa *Pastoral* famosa, D. ANTÔNIO condenou a Maçonaria. E fêz intimar cinco confrarias a tomar uma nova direção, afastando-se do instituto condenado. Essas confrarias, todavia, não cederam. Foram, pela desobediência, suspensas e interditas duas capelas e um oratório em que funcionavam. A 9 de Agôsto de 1873, o Govêrno Imperial ordenava ao Bispo do Pará que levantasse, no prazo de 15 dias, a censura do interdito das Irmandades. Ceder à determinação da autoridade civil era aceitar a intervenção da mesma nos assuntos religiosos. D. ANTÔNIO não cedeu. E em carta ao

Supremo Tribunal de Justiça, a 24 de Janeiro de 1874, alegou os motivos em que se amparava para o gesto. A 28 de Abril, em conseqüência, era prêso. Lançou protesto escrito. Já tomara as providências necessárias para que a ordem no Bispado, entre o clero, fôsse continuada, nomeando os que deveriam governar o Bispado em seu impedimento.

A luta, trazida para as colunas da imprensa, como que dividira a família paraense, agrupando-se os que se mostravam fiéis à boa doutrina, sob orientação do Dr. MAC DOWELL, nas colunas da *Boa Vista*, do *Diário de Belém*, da *Regeneração*, da *Luz da Verdade* e do *Vigiense*, enquanto os que combatiam a Igreja se acastelavam no *Liberal do Pará*, *Santo Ofício* e *Tribuna*.

O clero, numa fidelidade admirável, distanciando-se expressivamente daquele clero trabalhado pela reforma do Catecismo de MONTPELIER, portou-se à altura dos acontecimentos. O Vigário Geral, cônego SEBASTIÃO BORGES DE CASTILHO, foi prêso também, por não se sujeitar à ordem governamental para levantar o interdito das Irmandades punidas por D. ANTÔNIO. Outros incidêntes revelaram o estado de alma que vivia a Província do Pará, estado de alma que só serenou após o regresso do Bispo, anistiado por S. Majestade o Imperador D. PEDRO II.

D. ANTÔNIO, na execução de seu programa, se viu forçado a adotar medidas que elevassem as manifestações do culto católico, livrando-o das exteriorizações que expressavam crendice popular, quase fetichismo, e nunca um fervor religioso sincero. Tanto na capital como no interior, nas festividades do *Divino*, nas festividades do *São Raimundo* e em outros pronunciamentos alegres das multidões, êsse fervor religioso quase não existia, sendo mais motivo para expansões ruidosas que comprometiam a dignidade do culto e a moral da sociedade. Desde o tempo de Frei JOÃO DE SÃO JOSÉ, os Antístites vinham observando essa tendência extranha, que revelava insegurança de crença e primitivismo social. As procissões, em Belém e nas outras cidades e vilas do vale, compareciam senhores e escravos, funcionários e comerciantes, homens e mulheres, numa identificação que igualava todos naqueles momentos. As autoridades estavam presentes porque o Catolicismo era a Religião do Estado. E quando não compareciam, ou não forneciam os elementos materiais para essas manifestações, incidiam em falta grave, passíveis de punição. No interior mesmo, mais de uma edilidade sofreu as conseqüências de pouca consideração para com o culto oficial.

A inauguração de capelas, em propriedades particulares, abria oportunidade para excessos. Em Belém, a festa de Nossa Senhora de Nazaré não fugia, como exceção, a êsse expressar de alegrias imprudentes. DANIEL KIDDER, pastor protestante, em visita a Belém, no ano de 1866, assim a descreveu: "A grande festa anual de Nazaré atrai sempre, a cidade, uma imensa multidão, que não comparece para se edificar na religião, mas por causa dos nove dias de festas, danças, fogos de artifício e folguedos populares".

D. ANTÔNIO cedo percebeu isso. E para acabar com os abusos, em 1877, quando se verificaram acontecimentos desrespeitosos à Religião, tomou precauções e medidas que provacaram incidentes, sendo parte ativa nesses incidentes as diretorias das festividades.

A história da Igreja, posteriormente a D. ANTÔNIO, foi uma história de mansidão e de frutos inequìvocamente produzidos pela ação daquele Sacerdote. A bipartição do Bispado, que êle pleiteara, foi desfeita por LEÃO XIII, que a 5 de Maio de 1892, criou o Bispado do Amazonas, nomeando para dirigi-lo D. JOSÉ LOURENÇO DA COSTA AGUIAR. A uma sugestão de um beneditino que o visitara e expusera as necessidades espirituais do Brasil, em especial da Ama-

zônia, onde a agressividade do ambiente, a primitividade de sua população de hinterlândia, mais preocupada com as aventuras da criação da riqueza material, eram evidentes, LEÃO XIII ordenara que as Ordens Religiosas que trabalhavam no Brasil voltassem sua atenção para essa emprêsa benemérita, fazendo ressurgir o sistema da catequese. Mesmo porque havia ainda multidões indígenas carecendo do amparo dos catequistas. Expedições que alcançavam o alto Xingu e alto Tapajós, encontravam grupos de gentio em estágios de cultura primária. No alto Rio Negro, no Madeira, já capuchinhos, contratados pelo govêrno Imperial e assistência da Província do Amazonas, atuavam como evangelizadores, colhendo resultados louvados unânimemente. No Araguaia-Tocantins, um dominiciano francês, Frei GIL DE VILANOVA, conseguia dominar a bravura destruidora dos Caiapós, dos Cherentes e dos Carahu, ao mesmo tempo que se interpunha entre bandos políticos que se degladiavam, conseguindo restaurar a paz.

Franciscanos de Santo Antônio, Salezianos, Beneditinos, Padres do Espírito Santo, Agostinianos, Dominicianos, Servos de Maria, Capuchinhos, Barnabitas, Padres do Preciosíssimo Sangue, atendendo às sugestões de LEÃO XIII e PIO XI, meteram-se na nova conquista, encarregando-se de Prelazias e Prefeituras Apostólicas em que foi a Amazônia subdividida. Pacificando índios, abrindo colégios de instrução primária, secundária e profissional, hospitais, internatos, civilizando regiões, onde introduziram os benefícios da cultura material, como água encanada, luz elétrica, esgotos, edificação singela mas confortável e salubre, essas Congregações religiosas são um elemento precioso para o processo religioso e para o progresso da Amazônia, que vive, assim, um estágio de perfeita restauração espiritual. Muitas dezenas de Igrejas foram reconstruídas, outras erigidas. O terceiro ciclo evidentemente segue o seu curso.

NOTAS

(1) Carta do padre FIGUEROA, de 30 de Novembro de 1618, in **Studart, Documentos**, Tomo I, pgs. 255-6.

(2) O pensamento de ANTONIO VIEIRA, no tocante à Amazônia, está sendo objeto de uma interpretação realística do prof. JAYME CORTESÃO.

(3) Ato de 10 de Abril de 1760, mandando que "as igrejas, Colégio, e Noviciados que forem casas puramente religiosas e imediatamente dedicadas ao Culto Divino, Exercícios espirituais serão entregues à administração do Bispo dessa Diocese, ou quem seu cargo servir, na forma que tenho determinado".

4) Frei MIGUEL prestou outros serviços a Pombal, no Maranhão até onde foi em missão reservada a propósito de incidente em que se encontrava envolvido o Bispo daquela Capitania.

(5) Ainda em 1762, entre os Carmelitas registrou-se séria desavença, a propósito da recondução de Frei JOSÉ LOPES DA CUNHA ao lugar de Prior do Convento, que mantinham em Belém e varão de virtudes, que dera um impulso notável às obras da Igreja, que adminstra com alto descortínio. Frei PEDRO DE SANTO ELISEU era o candidato do Prelado.

(6) Em 1761, já MANOEL BERNARDO se via forçado a agir contra certos párocos, mandando apreender-lhes os carregamentos de "drogas" que obtinham com o trabalho dos índios que expediam à colheita daquelas especiarias.

(7) Sôbre o assunto, é abundante a documentação nos códices da **Biblioteca Paraense**, referentes à correspondência dos Governadores com a Metrópole.

(8) Também sôbre êsses empréstimos à Companhia do Comércio, negada por todo mundo, mas sempre procurada para solução de tôdas as dificuldades, há documentação bastante na seção de manucritos da **Biblioteca Paraense**.

(9) Sôbre o assunto, há abundante documentação na seção de manuscritos da **Biblioteca Paraense**.

COLEÇÃO ARAUJO LIMA

1 — ECONOMIA DA PRODUÇÃO
Cosme Ferreira Filho

2 — AS METAS DO GOVÊRNO
Waldir Bouhid

3 — O BANCO DO BRASIL NA ECONOMIA DO AMAZONAS
Samuel Benchimol

4 — CARACTERÍSTICAS AGRÁRIAS DA AMAZÔNIA
Newton Pires de Azevedo

5 — CONCEITO DE AMAZÔNIA
Eidorfe Moreira

6 — VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA E SUA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO
Sócrates Bomfim

7 — O PROBLEMA DE COLONIZAÇÃO DA AMAZÔNIA
Adriano Menezes

8 — NAVEGAÇÃO DO AMAZONAS & PORTOS DA AMAZÔNIA
Agnello Bittencourt

9 — ARTIGOS DE JORNAL

10 — OS INTÉRPRETES DA AMAZÔNIA
Péricles Moraes

11 — A CONQUISTA ACREANA
Abguar Bastos

12 — A BACIA DO MAR DOCE
Alberto Rangel

13 — A GEOGRAFIA E AS CIVILIZAÇÕES
Pierre Gourou

— AS VERDADEIRAS FONTES DO RIO AMAZONAS
João Ribeiro

14 — A AMAZÔNIA BRASILEIRA E UMA POSSÍVEL LUSOTROPICOLOGIA
Gilberto Freyre

15 — A AMAZÔNIA E SUA EXCEPCIONAL VOCAÇÃO OLEÍFERA
Clara Pandolfo

16 — POSSIBILIDADES ECONÔMICAS DE RONDÔNIA
José Augusto da Silva Reis

17 — PERSPECTIVA DA INDUSTRIALIZAÇÃO DA JUTA NA AMAZÔNIA
Sebastião Rabello Mendes Filho

18 — AMAZÔNIA, FUNDAMENTOS DE PAISAGEM, VIDA E HISTÓRIA
Leandro Tocantins

SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS
Av. Franklin Roosevelt, 39 - 8.º andar
Rio de Janeiro — GB

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br